

ANEXO I

TERMO DE CONSTATAÇÃO nº __/2020

Aos ____ dias do mês de _____ de dois mil e vinte, às ____h__min., em cumprimento ao despacho exarado nos autos da Notícia de Irregularidade de Propaganda Eleitoral, proc. nº. _____ dirigi-me ao/neste município de _____, no local abaixo mencionado, e CONSTATEI a existência de propaganda eleitoral com as seguintes características:

I – Do Tipo de Propaganda (placas, faixas, cartazes etc.):

--

II – Da Localidade e do Bem atingido:

--

III – Da Identificação [Nomes(s) e número do(s) candidato(s), partido(s), coligação(ões)]:

--

IV – Informações quanto à regularidade ou irregularidade da propaganda. Providências adotadas:

Houve remoção imediata da propaganda irregular pelo responsável.

Não houve remoção da propaganda irregular pelo responsável.

Lavratura do termo de constatação.

Outras providências adotadas:

Do que para constar lavrei o presente auto que, lido e achado conforme, vai (eletronicamente) assinado.

Município, em ____ de _____ de 2020.

ANEXO II

INTIMAÇÃO

Processo nº _____

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) da _____ Zona Eleitoral, em cumprimento à determinação exarada nos autos do processo supra, **INTIMO** o(a) Sr(a). _____ responsável/candidato(a) pelo Partido/Coligação _____ (ou Delegado do Partido/Representante da Coligação), em cumprimento a determinação judicial, para que, **NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS**, retire ou regularize a(s) propaganda(s) eleitoral(is) veiculada(s) por meio de _____, afixada(s) na _____ (descrever o local onde foi encontrada) identificada no termo de constatação lavrado por este Cartório, cuja cópia segue anexa, providenciando a imediata comunicação à Justiça Eleitoral da providência tomada.

INTIMO ainda que, conforme dispõe o art. 107, § 1º, da Resolução TSE nº. 23.610/2019, a responsabilidade do candidato estará demonstrada se esse, intimado da existência da propaganda irregular, não providenciar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sua retirada ou regularização e, ainda, se as circunstâncias e as peculiaridades do caso específico revelarem a impossibilidade de o beneficiário não ter tido conhecimento da propaganda (Lei nº 9.504/1 997, art. 40-13, parágrafo único).

Dado e passado aos _____ dias do mês de _____ na cidade de _____. Eu, _____ (nome e cargo) o lavrei.

ANEXO III

TERMO DE REGULARIZAÇÃO n° ___/2020

Aos ___ dias do mês de _____ de dois mil e vinte, às ___h___min., em cumprimento ao despacho exarado nos autos da Notícia de Irregularidade de Propaganda Eleitoral, proc. n°. _____, dirigi-me ao/neste município de _____ (acompanhado do servidor da (órgão público), Sr(a). _____, pelo que foi adotada/constatada a seguinte providência:

- Houve remoção da propaganda irregular pelo responsável.
- Não houve remoção da propaganda irregular pelo responsável.
- Houve remoção da propaganda irregular pela Justiça Eleitoral.
- Houve remoção da propaganda irregular pela Justiça Eleitoral com auxílio de órgão público local.
- Outras providências adotadas:

Do que, para constar, lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____ (nome e cargo) o lavrei.

ANEXO IV

NOTÍCIA DE IRREGULARIDADE nº __/2020

Aos ____ dias do mês de _____ de dois mil e vinte, às ____h__min., recebi denúncia de propaganda irregular, com as seguintes características:

I – Do Tipo de Propaganda (placas, faixas, cartazes etc.):

II – Da Localidade e do Bem atingido:

III – Da Identificação

Nome(s) e número do(s) candidato(s), partido(s), coligação(ões):

IV – Informações adicionais acerca da regularidade ou irregularidade da propaganda:

V - Outras informações(caso necessário):

VI – Noticiante/Qualificação:

VII – Assinatura/Noticiante(em caso de notícias apresentadas verbalmente):

Do que para constar lavrei o presente auto que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado.
Eu, _____ (_____), subscrevi.